

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS**-----

-----**COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE**-----

-----**REUNIÃO nº 1 /Ano 2022**-----

Data 19/04/2022-----

Hora de Início 18H00 /**Fim** 20H00

Presenças:-----

Rui Prudêncio-----
Manuela Pacheco-----
Susana Neves-----
Ana Fiéis-----

Jorge Santos-----
Pedro Castelo-----
Carlos Filipe-----
Marco Branco-----

Sónia Patrício (suplente)-----
Andreia Caldas (suplente)-----
Faltas:-----
Miguel Samarão-----

Assuntos tratados:-----

- 1- Organização dos trabalhos da comissão-----
- 2- Ponto de situação sobre a transferência de competências no domínio da Saúde-----
- 3- Informação sobre Relatório de apoio à realização da Assembleia Temática da Saúde-----
- 4- Informações sobre reunião do Conselho da Comunidade-----
- 5- Médicos de Família-----
- 6- Ponto de situação no CHO-----
- 7- Outros assuntos-----

Conclusões:-----

- 1- Depois de distribuída a documentação de suporte à ordem de trabalhos da reunião, o presidente da comissão começou por pedir a anuência dos presentes para que as próximas reuniões da Comissão Permanente de Saúde passem a ter gravação de áudio e ninguém se manifestou discordante. Mais solicitou aos serviços de apoio que as atas desta comissão sejam atas desenvolvidas e explicativas das posições e opiniões expressadas durante as reuniões.

Por último informou que, pelo seu volume, os documentos que não foram entregues em papel no início da reunião, seguirão via mail.

- 2- Relativamente à transferência de competência no domínio da Saúde, Rui Prudêncio, presidente da Comissão, explicou que o Município de Torres foi dos primeiros a aceitar, tendo sido a aceitação das mesmas deliberada em sede de Assembleia Municipal no ano transato, seguindo-se o auto de consignação das referidas competências em março de 2021.

Volvido um ano após o desempenho das novas funções associadas ao desempenho das atuais competências neste domínio, o presidente da comissão solicitou à vereadora responsável pela área saúde, um ponto de situação.

Convidando todos os presentes a uma leitura cuidada do documento, numa primeira análise o presidente da comissão destacou o facto de as assistentes operacionais do Centro de Saúde e extensões serem agora geridas pela Câmara Municipal (CMTV), como qualquer outra.

Outros dos assuntos destacados foi a condução das viaturas afetas aos cuidados de saúde ao domicílio que, por terem passado para a esfera municipal, deixaram de poder ser conduzidas por médicos e enfermeiros - que não são funcionários municipais - e que necessitam de motorista sempre que utilizam uma dessas viaturas. Esta situação implica um acréscimo na despesa com pessoal, principalmente porque os ACES Oeste Sul tem, na sua área de influência, localidades que não pertencem ao concelho de Torres Vedras. Na prática os carros são do município de Torres Vedras e os motoristas também, mas os atendimentos ao domicílio vão para além das fronteiras do nosso concelho.

Ainda sobre os domicílios, a deputada Sónia Patrício, enfermeira de profissão, disse que chegou a ser frequente os enfermeiros utilizarem as suas viaturas próprias para realizarem alguns atendimentos.

Outras das perspetivas destacadas pelo presidente da comissão foi a da especificidade do tipo de limpezas necessário em centros de saúde, o que dificulta a gestão de férias e faltas deste pessoal.

Segundo Rui Prudêncio, gerir uma Câmara é muito diferente de gerir equipamentos de saúde, desde logo o volume de compras ao nível municipal é um e ao nível nacional (numa central de compras) é outra, ou seja, até a capacidade de negociação de preços de bens essenciais não é igual e tem influência nos valores efetivamente gastos.

“A saúde não pode ser gerida com os timings da Câmara Municipal” e acrescentou que a Lei prevê a criação de uma comissão de acompanhamento deste processo de transferências, mas que esta ainda não foi criada porque a ARS não indicou ainda quem serão os seus membros.

A deputada Andreia Caldas questionou se o Município era obrigado a aceitar a transferência de competências na altura em que fez e, não sendo o porquê desta opção se há estas dificuldades.

Rui Prudêncio respondeu que não era obrigado a aceitar naquela altura e foi dos poucos concelhos a fazê-lo mas considerou preferível ser um *“projeto piloto”* para avaliar as dificuldades com tempo e *“temos, junto do Ministério a força de todos os outros concelhos que não aceitaram as novas competências”*.

Susana Neves apontou falas graves na integração dos sistemas informativos que existem nos centros de saúde e perguntou se essa gestão também passou para o município, tendo sido esclarecida que não pois gestão continua a ser central.

- 3- No ponto referente à Assembleia Temática da Saúde, o presidente da Comissão informou que no passado dia 29 esteve presente, juntamente com a vereadora Ana Umbelino e o presidente da Assembleia Municipal, numa reunião com os responsáveis pelo Plano de Desenvolvimento em Saúde e Qualidade de Vidas, elaborado pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), a pedido da Câmara Municipal de Torres Vedras, nomeadamente o Dr. Adalberto Fernandes, ex-Ministro da Saúde, e o Dr. Paulo Sousa, autor do estudo.

Segundo informação obtida no referido encontro, o executivo municipal está disponível para financiar uma 2ª fase deste estudo e que possam servir como base para uma Assembleia Temática da Saúde a realizar depois do verão e onde a ideia é chamar todos os parceiros ligados à saúde em Torres Vedras (públicos e privados) a dar os seus contributos e saber que medidas estão dispostos a implementar para melhorar a capacidade de resposta local.

Aguardam proposta da ENSP para o efeito e pretendem daí retirar recomendações a utilizar durante e depois de própria Assembleia temática.

Relativamente ao plano de desenvolvimento apresentado pela ENSP, o presidente da comissão mostrou-se especialmente preocupado com a elevada taxa de suicídios no concelho de Torres Vedras e que nos coloca acima da média nacional.

- 4- No passado dia 26 de abril decorreu, na Lourinhã, uma reunião do Conselho da Comunidade do ACES Oeste Sul, para o qual foi eleito o presidente desta comissão, com representante a Assembleia Municipal, e no qual também tem assento a presidente da Câmara Municipal e que também esteve presente.

Da parte do ACES Oeste Sul estiveram presentes o seu diretor executivo, o diretor clínico, as relações públicas, a enfermeira chefe e ainda uma representante da ARS-LVT.

Houve uma crítica generalizada dos presidentes da câmara sobre a dificuldade de comprar os consumíveis utilizados nos diversos espaços aos preços calculados a quando da transferência de competências, o que leva a um desequilíbrio das contas, logo à partida. Foi também referida a dificuldade de gestão conjunta da questão das viaturas que são agora, todas elas, propriedade do Município de Torres Vedras.

Rui Prudêncio informou a comissão que perguntou à responsável da ARS- LVT *“se não tinha vergonha de pertencer a um conselho consultivo sem força suficiente para impor a não abertura de vagas para Médicos de Família no Norte do país, mas sim a sua abertura apenas onde há carência de Médicos?”*. Segundo o presidente da comissão esta questão não foi respondida e será a única forma de resolver o problema.

O presidente da comissão considerou *“inaceitáveis”* duas questões: 1- 6 meses depois de um pedido de mobilidade, havendo ou não vaga, essa alteração é efetuada; 2- Ser a Ordem dos Médicos quem decide onde são feitos os estágios, por se considerarem que são quem pode apurar a idoneidade dos estabelecimentos responsáveis nesta fase da formação dos profissionais.

No seguimento deste assunto, sugeriu à comissão a elaboração de um quadro com a atual posição deste ACES a nível nacional, tendo em conta a percentagem de utentes sem médico de família e o seu envio por ofício à ARS- LVT e Ministério da Saúde, à semelhança do que foi feito no mandato anterior.

- 5- Este ponto da ordem de trabalhos está diretamente relacionado com o anterior. O presidente da comissão explicou que pediu ao diretor executivo do ACES um ponto de situação sobre os médicos de família, que foi disponibilizados e demonstra de cerca de 30 mil utentes estão atualmente sem médico. Foram também pedidos os dados que seriam apresentados na reunião do conselho da comunidade, mas que, por falta de tempo, ficaram por divulgar, mas o Diretor do ACES não acedeu a este pedido por considera que não deveria privilegiar a comissão com dados que não são do conhecimento público. Sobre esta situação o presidente da comissão teceu algumas críticas relativamente obstaculizarão na partilha de informações.

Rui Prudêncio disse ter tido, recentemente, uma consulta com uma médica interna no centro e ao perguntar-lhe se estava satisfeita e o que precisaria para se manter em Torres, a jovem médica respondeu que “dependerá das condições que me ofereçam e da integração na equipa”. Sabendo da carência de equipamentos médicos atuais, o que mais preocupa o presidente da comissão é a questão da integração.

Sobre este ponto, a deputada Sónia Patrício disse conhecer vários colegas que classificam a relação de trabalho com o atual diretor como “*muito difícil*” e tem vários médicos seus conhecidos que residem em Torres Vedras mas “*fugiram para o privado*” para não trabalharem com ele.

Pedro Castelo considerou ser notório o “*mau ambiente criado por esta direção*”.

Manuela Pacheco, presidente da Associação de Farmácias de Portugal, partilhou com os presentes que tiveram a iniciativa de contactar o diretor da ACES para propor uma parceria para despiste da origem das infeções urinárias, com objetivo de encaminhar para cuidados médicos apenas as infeções com origem bacteriana, mas que, passados alguns anos ainda continuam à espera de resposta. Segundo a deputada municipal parece não existir interesse em resolver as questões.

Rui Prudêncio recordou a história da central telefonia do centro de Saúde disse que era por este tipo de acontecimentos que chegou a pedir a demissão do atual diretor, mas todos lhe “*caíram em cima*”.

Sobre esta afirmação, Pedro Castelo disse que “*se é para pedir a demissão pedimos*” porque a Assembleia Municipal tem várias representações políticas e todas elas devem dar respostas a quem os elegeu e acrescentou. “*Este senhor é um travão a tudo o que se pretende mudar! Temos de recorrer a quem está a cima dele.*”

Numa outra perspetiva, o presidente da Comissão analisou a questão das horas de trabalho e o facto da abertura do centro de saúde aos sábados de manhã. Havendo falta de médicos, os que existem ficam com um horário sobrecarregado e não estão disponíveis para o fazer durante muito tempo.

Relativamente a incentivos a médicos, Rui Prudêncio não considera ser a solução, até porque, seguindo referiu o presidente da Câmara Municipal de Mafra na reunião do conselho da Comunidade, essa experiência foi feita, mas não resultou.

Ao que consta, em Mafra, para atrair Médicos, terá resultado a criação de um Serviço de Atendimento Permanente (SAP), com excelentes condições.

Ainda o presidente da comissão, referiu estranhar o impedimento legal da atribuição de utentes de um médico de família em situação de baixa prolongada a outro profissional, sem autorização do primeiro. Nesses casos resta ao utente ficar sem médico.

Andreia Caldas referiu ser errado dizer que não há médicos porque em Portugal existem muitos e Ana Fiéis complementou que o problema é que estão mal distribuídos e/ou no privado.

Quanto à questão dos privados, Rui Prudêncio recordou que vários entendidos defendem que deveria haver a obrigação dos médicos formados pelas faculdades públicas em prestar alguns anos de serviços no público mas, Pedro Castelo essa “*é uma ideia Salazarista*”.

Marco Branco considerou que o corporativismo existente não deve ser aceite e acrescentou que os problemas, estando no topo, devem ser resolvidos de cima para baixo.

Depois de ouvir as várias opiniões expressas nesta reunião, o presidente da Comissão avançou com a hipótese de serem realizadas algumas audições para recolher diversas opiniões sobre a atual direção do ACES Oeste Sul.

A deputada Sónia Patrício mostrou-se concordante e disse conhecer profissionais de saúde disponíveis para esse efeito e o presidente pediu-lhe que reunisse os contactos.

Sobre esta sugestão, Pedro Castelo referiu que só apoiaria a ideia se ficar claro para a população que “esse caminho foi escolhido por não ser possível o diálogo”.

Outos dos tópicos abordados foi a criação de um gabinete dentro da CMTV que pudesse fazer a gestão entre os vários prestadores de serviços de saúde no município. Segundo Rui Prudêncio, esta ideia foi lançada pelo dr. Adalberto Fernandes na reunião que tiveram recentemente e seria uma solução, por exemplo para as listas de espera de cirurgia pois permitiria a gestão da atribuição de vales para o efeito e também para a gestão do transporte de doentes.

Numa análise comparativa entre USCP'S e USF's, o presidente da comissão explicou que nas USF há uma gestão próprio do grupo de médicos que se agrega para constituir a unidade e que são pagos em função dos resultados obtidos. Assim, segundo Rui Prudêncio, a organização de todos os serviços primários do concelho em USF's poderia levar a uma melhor satisfação das necessidades de cuidados de saúde, apesar de isso implicar o encerramento de algumas das atuais extensões de atendimento nas freguesias.

Sónia Patrício e Pedro Castelo manifestaram a sua concordância com esta hipótese porque os profissionais atuais USF estão mais satisfeitos que os outros e para colmatar a dificuldade nas deslocações nos caos em que o espaço físico fosse mais distantes, poderia haver prestações de serviço com as Associações de socorros para o transporte de utentes.

Susana Neves acrescentou que, no mandato anterior chegou a reunir com o diretor executivo do ACES que, também neste sentido, lhe disse que a solução passaria por criar mais 4 USF's.

Dando como concluído este ponto de ordem de trabalho, o presidente voltou a pedir aos presentes para fazerem uma leitura atenta dos documentos que serão enviados por mail.

- 6- Relativamente à atual situação no Centro Hospital do Oeste (CHO), é do conhecimento de todos os deputados o ofício com as questões enviadas ao conselho de administração. Não havendo ainda resposta, o presidente da comissão sugeriu aguardar.

No que diz respeito à existência de Salmonelas, Rui Prudêncio disse que é um problema recorrente e que poderá estar relacionado com a idade das canalizações.

Informou ainda que as obras de na urgência e de impermeabilização já tiveram início.

Quanto aos 15 enfermeiros dispensados pelo CHO, informou que terminaram os contratos e deixou de vigorar a legislação Covid que permitia esse tipo de contratações em regime excecional. Estes enfermeiros foram novamente contratados, mas ao abrigo da atual legislação.

Finalmente, no que diz respeito à demissão da direção, é uma questão sindical. Os profissionais estão a trabalhar, demitiram-se apenas das funções diretivas.

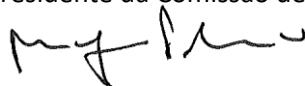
- 7- Relativamente a outros assuntos, Pedro Castelo disse que gostaria de saber o resultado com inquérito referente à morte de um utente dentro de uma ambulância pois a Presidente do Conselho de Administração do CHO disponibilizou-se para dar a conhecer o resultado da mesma a esta comissão, mas não chegou a fazê-lo. O presidente da Comissão pediu que o pedido fosse reduzido a escrito para ser posteriormente enviado ao CHO.

Quanto à Comunidade Intermunicipal, Rui Prudêncio informou que o Estudo para a Construção do Novo Hospital tem a 1ª fase concluída e será apresentada brevemente. Está em falta a fase qualitativa e essa deverá estar concluída até ao final do ano.

A Pediatria do Hospital de Torres foi também um assunto abordado e segundo a deputada Sónia Patrício é a falta de serviços que leva ao desinteresse dos profissionais porque sem serviço de internamento não é motivador estar naquele hospital.

A atual utilidade do edifício de Peniche também foi questionada e o presidente da comissão respondeu que além das consultas externas e da urgência básica, está a ser criado no 3º piso daquele edifício um serviço de psiquiatria

O presidente da Comissão de Saúde



(Rui Prudêncio)